



Fonte: Relatórios do B. Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

*Exclui juros atrasados de bancos

Como o Brasil é visto de fora

por Celso Pinto de Londres

O Brasil precisará de US\$ 15,5 bilhões neste ano, incluindo a renovação das linhas de curto prazo, apesar da previsão de um balanço equilibrado em conta corrente. Mudam o presidente e a política econômica a inflação será de 3.000% enquanto o PIB crescerá apenas 1%.

Estas são algumas previsões feitas pelo National Westminster, o segundo maior banco britânico. Na "International Review" deste mês, publicada pelo banco, foi feito um estudo sobre a situação externa de dezenas de países. O Brasil não fica numa posição confortável.

"O presidente (Collor de Mello) está dizendo que vai fazer as coisas certas", ressaltou, a este jornal, David Lomax, assessor econômico do grupo Nat-West e responsável pela publicação. No entanto, é preciso esperar para ver. Na Argentina, por exemplo, lembra Lomax, ficou claro

(Continua na página 24)

Como o Brasil é visto...

por Celso Pinto
de Londres.

(Continuação da 1ª página)

o poder dos interesses velados prejudicados pelas mudanças liberalizantes. A chave de tudo, em sua opinião, é o controle do setor público.

O trabalho do NatWest privilegia dois indicadores: um para medir a liquidez do País e outro, a

sua capacidade de ser absorvido como um risco razoável pelo mercado internacional. O primeiro calcula durante quantos meses as reservas em caixa podem honrar os compromissos do País ao longo de um ano. Esses compromissos incluem o resultado líquido de contas correntes, as amortizações devidas, as necessidades de recursos de curto prazo menos o ingresso líquido de investimentos, créditos multilaterais, bilaterais e de fornecedores.

O banco sugere que, para um país estar numa situação tranquila, as reservas devem cobrir pelo menos seis meses dessas necessidades de capitais. No caso do Brasil, as reservas cobrem cinco meses. Entre os onze países latino-americanos analisados pelo NatWest, apenas um, a Jamaica, está em situação menos líquida (com reservas equivalentes a três meses de compromissos), enquanto um outro, o Uruguai, está em situação idêntica. Os outros estão em melhor situação.

O NatWest calcula em US\$ 96,5 bilhões o total da dívida de médio e longo prazo do Brasil ao final de 1989 e em US\$ 5,6 bilhões as amortizações devidas neste ano. As linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias) são estimadas em US\$ 12 bilhões, bem abaixo do nível de US\$ 15 bilhões que o Brasil sustentou vários anos depois da crise da dívida. Os ingressos líquidos de investimentos, créditos multilaterais, bilaterais e de fornecedores estão estimados em US\$ 2,1 bilhões. Tudo considerado, a necessidade de recursos no ano é de US\$ 15,5 bilhões (dos quais US\$ 12 bilhões correspondem à rolagem da dívida de curto prazo).

O segundo indicador destacado pelo NatWest estima o valor do serviço da dívida de médio e longo

prazo (principal mais juros) devido no ano, já considerada a rolagem prevista em acordos com os bancos (caso do Brasil), em relação às exportações de bens e serviços. Para um país "estar no mercado" isto é, ser entendido como um risco razoável e poder levantar recursos voluntários, o NatWest estima que essa relação deve estar em torno de 25%. No caso do Brasil, a relação chega a 43% — o que é "muito alta", como diz Lomax.

Na América Latina, é bem verdade, ninguém cumpre o limite imaginado pelo NatWest. Quem chega mais perto, e pode ser considerado praticamente de volta ao mercado, é o Chile, com 28%. O México, com 30%, também está numa direção positiva, assim como a Venezuela, com 32%. A situação mais difícil, nesta rubrica, é a da Argentina, onde esta relação chega a 62%.

O argumento de Lomax é de que é possível reconstruir a credibilidade no mercado e que o único caminho para isso é uma política ortodoxa de ajuste. "Modelos com indisciplina financeira e falta de controle sobre as finanças internas levaram a alguns exemplos horríveis na América Latina e, infelizmente, a uma significativa deterioração no Brasil", diz Lomax em seu trabalho.

Do lado externo, o ajuste deve passar, necessariamente, por soluções negociadas. "O desafio ao mercado, recomendado por certos comentaristas para países latino-americanos, provou ser um fracasso", sugere.

Ao deixar de pagar juros externos, os países embolsam algum dinheiro, mas, por fugir da ortodoxia, os ministros de Fazenda que agem assim ficam com um poder interno reduzido para ajustar a economia. "O custo da deterioração da

administração interna é, no final, massivamente maior do que a poupança resultante de alguns não-pagamentos de juros."

O acerto inclui, necessariamente, um aumento das exportações, e essa é uma tarefa, a seu ver, factível. O PIB conjunto dos países da OCDE em 89 foi de US\$ 14,5 trilhões e as importações de 88 somaram US\$ 2,0 trilhões. "A maioria dos países em desenvolvimento pode começar seu processo de crescimento com exportações de US\$ 10 bilhões ou US\$ 20 bilhões", argumenta, sugerindo que há espaço econômico de sobra para esse processo.

Lomax acredita que se os países do Leste europeu seguirem este caminho, poderão alcançar num prazo relativamente rápido padrões ocidentais em suas economias. Os bancos, diz ele, não estão mais interessados em assumir riscos soberanos e esses países não devem esperar muitos recursos deste lado.

Seu argumento central, contudo, é de que ampliar o endividamento externo seria a pior opção para esses países do Leste. O caminho é uma redução negociada da dívida que permita readquirir condições de credibilidade no mercado e maior liberdade tanto para encontrar opções mais baratas de financiamento quanto para escolher caminhos para a política econômica.

O raciocínio, diz ele, vale para o Brasil. O Brasil, em sua opinião, não precisa muito mais de empréstimos dos bancos comerciais, apenas linhas comerciais ou eventuais empréstimos para financiamento de projetos específicos. Mantendo uma sólida expansão das exportações, ajustando internamente a economia e reduzindo de forma negociada a dívida, o País poderia encontrar um novo patamar de crescimento.